

ESTADO DE SERGIPE PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO RECORTE DE JORNAIS

SÁBADO, 16 :: MARÇO :: 2013 Jornal do Dia

Direitos do consumidor são debatidos em Aracaju

Em alusão ao Dia Internacional do Consumidor e aos 23 anos da criação do Código do Consumidor foi realizado na manhã de ontem, na Câmara de Vereadores de Aracaju (CMA), um debate que contou com a presença dos parlamentares, além de delegados e de representantes da Coordenadoria Estadual de Proteção ao Consumidor (Procon). Durante o debate, os participantes enalteceram a importância da data para a população, como também ressaltaram a necessidade de desenvolver novas políticas públicas que possam blindar de irregularidades as pessoas na hora de adquirir um produto diretamente em um estabelecimento comercial ou através da internet.

Atento para as propagandas enganosas, Paulo Ferreira Lima, delegado da área de Direito do Consumidor, disse que as pessoas devem criar o hábito em denunciar irregularidades junto às delegacias ou ao Procon. Para o especialista, com essa medida denunciativa os problemas que ainda envolvem os danos aos consumidores aos poucos serão inibidos. "Existem muitas denúncias a respeito de falsas propagandas e isso já está rendendo bons resultados. Recentemente recebemos informações quanto a irregularidades em uma cozinha de um supermercado de Aracaju e a interdição foi viabilizada imediatamente após comprovação da denúncia. Essa atitude dos aracajuanos é essencial para a qualificação do serviço", disse.

Entre as reclamações que lideram o topo de insatisfações protocoladas no Procon estão as operadoras de telefonia e internet, bancos, lojas de mobília e eletroeletrônico. Questionado como

a população deve buscar os direitos, Ferreira concluiu dizendo que o quanto mais rápido for feita a reclamação, mais eficaz será o resultado da queixa. "Muitos consumidores ainda preferem a omissão ao invés de buscar solução. Para acabar com essa falta de compromisso por parte de alguns departamentos comerciais, apenas um processo administrativo pode evitar que outros clientes sejam lesados. Justamente por isso que o Procon e as delegacias estão de portas abertas para resolver esses problemas", pontuou o delegado.

Em disputa judicial há mais de dois meses com uma loja de móveis que atua em Aracaju, o servidor público Joselito Alves alega que a entrega do material foi feita de forma equivocada por duas vezes e que não aceita mais o serviço do estabelecimento. "Cansei. O que eu quero agora é que todo o pagamento já feito seja ressarcido para que eu possa buscar uma empresa que preze pela competência. Chegaram a me enviar o material, mas todo errado. Isso sem falar do mal atendimento", reclamou. Segundo o cliente, a última saída para resolver o caso foi buscar apoio judicial.

"Não estava mais adiantando ir à loia e reclamar. Além de ter sido mal atendido e desrespeitado como cliente, eles ainda me esnobavam e diziam que era pra eu esperar, pois um dia a encomenda seria entregue conforme havia solicitado em contrato", afirmou Joselito. Além da delegacia e Procon, todo consumidor que se sentir lesado por algum estabelecimento comercial, pode também registrar uma queixa no Ministério Público Estadual. Em casos de nota fria, ou ausência desse tipo de documento, o ideal é buscar auxílio junto à Secretaria de Estado da Fazenda.